
O RACISMO E O PENSAMENTO DE CLÓVIS MOURA:
elementos para um debate

O RACISM AND THE THOUGHT OF CLÓVIS MOURA:
elements for a debate

EL RACISMO Y EL PENSAMIENTO DE CLÓVIS MOURA:
elementos para un debate

José Jonas Borges da Silva

Graduado em Geografia(UNESP); Graduado pela Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA); Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP) - jonascigra@gmail.com

Resumo

Este texto, referenciado em pesquisa bibliográfica, trata da contribuição do pensamento de Clovis Moura para o debate acerca do racismo no Brasil, buscando refletir sobre a atualidade do pensamento do autor, enquanto intelectual e militante da causa negra. Clóvis Moura analisou as iniciativas e resistências do negro na formação social do Brasil, numa perspectiva marxista e que fugia aos padrões historicamente conservadores de sua época, questionando a visão construída sobre o negro como sujeito passivo, sem ação política. Em contraponto a essa visão, Clóvis Moura apresentou os negros e negras em luta por liberdade, e contra a escravidão, como sujeitos ativos, inserindo o tema racial nos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira. Portanto, este artigo, apresenta aspectos de sua vida pessoal, sua inserção na política nacional e seu percurso na construção de sua produção política e intelectual. Destaca a formação social brasileira constituída teórica, histórica e política a partir do racismo. Contextualiza historicamente o racismo no Brasil, a partir do marco colonial e enfatiza a persistência das desigualdades sociais, políticas e econômicas que têm as populações negras como as principais vítimas. Conclui que mesmo com o processo histórico de luta negra no Brasil, ainda perdura a negação de seus direitos, sendo bastante atual o pensamento de Clóvis Moura para se compreender a formação social brasileira no que tange a questão racial, trazendo a população negra como sujeito político do processo de emancipação. Palavras-chave: Clóvis Moura. Racismo. Relações Étnico-raciais. Formação social brasileira.

Abstract

This text, referenced in bibliographic research, deals with the contribution of Clovis Moura's thought to the debate about racism in Brazil, seeking to reflect on the currentness of the author's thought, as an intellectual and militant of the black cause. Clóvis Moura analyzed the initiatives and resistances of the black in the social formation of Brazil, in a Marxist perspective and that escaped the historically conservative standards of his time, questioning the vision built on the black as a passive subject, without political action. In contrast to this view, Clóvis Moura presented black men and women fighting for freedom, and against slavery, as active subjects, inserting the racial theme in studies on the Brazilian working class. Therefore, this article presents aspects of his personal life, his insertion in national politics and his path in the construction of his political and intellectual production. It highlights the Brazilian social formation constituted theoretical, historical and political from the racism. It historically contextualizes racism in Brazil, starting from the colonial framework and emphasizes the persistence of social, political and economic inequalities that have black populations as the main victims. It concludes that even with the historical process of black struggle in Brazil, the denial of their rights still persists, and Clóvis Moura's thinking is very current to understand the Brazilian social formation regarding the racial issue, bringing the black population as a political subject of the emancipation process. Keywords: Clóvis Moura. Racism. Ethnic-racial relations. Brazilian social formation.

Resumen

Este texto, referenciado em unainvestigaciónbibliográfica, trata sobre la contribución del pensamiento de Clóvis Moura al debate sobre el racismo en Brasil, buscandoreflexionarsobre la actualidad del pensamiento del autor, como intelectual y militante de la causanegra. Clóvis Moura analizó las iniciativas y resistencias del negro en la formación social de Brasil, en unaperspectivamarxista y que escapaba a los estándares históricamente conservadores de su época, cuestionando la visión construida sobre el negro como sujeto pasivo, sin acción política. En contraste con esta visión, Clóvis Moura presentó a los hombres y mujeres negros que luchan por la libertad y contra la esclavitud como sujetos activos, insertando el tema racial en los estudios sobre la clase trabajadora brasileña. Por tanto, este artículo presenta aspectos de su vida personal, su inserción en la política nacional y su trayectoria en la construcción de reproducción política e intelectual. Destaca la formación social brasileña constituida teórica, histórica y política desde el racismo. Históricamente contextualiza el racismo en Brasil, desde el marco colonial y enfatiza la persistencia de desigualdades sociales, políticas y económicas que tienen a las poblaciones negras como principales víctimas. Concluye que incluso con el proceso histórico de la lucha negra en Brasil, la negación de sus derechos aún persiste, y el pensamiento de Clóvis Moura es muy actual para entender la formación social brasileña en torno al tema racial, llevando a la población negra como sujeto político. del proceso de emancipación.

Palabras clave: Clóvis Moura. Racismo. Relaciones étnico-raciales. Formación social brasileña.

Introdução

Clóvis Steiger de Assis Moura, filho de maranhenses e baianos, nasceu em Amarantes, Estado do Piauí. Negro, como ele se identificava, aos 20 anos entra para o Partido Comunista Brasileiro – PCB, estuda Direito – não chegando a concluir – e envereda pela carreira jornalística. Graduou-se em São Paulo, onde cursou Ciências Sociais concluindo em 1953, pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP.

O pensamento crítico de Clóvis Moura figura ao lado de grandes intelectuais e militantes brasileiros(as) que deram sua contribuição para o debate sobre a questão racial, tais como Maria Firmina dos Reis, Luís Gama, Edson Carneiro, Lima Barreto, Solano Trindade, Abdias Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Nelson Werneck de Sodré, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Wilson Honório da Silva, Mundinha Araújo, Lurdes Siqueira, Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Carl o), Luiz Alves Ferreira (Luizão) e tantos outros que poderíamos citar. Nomes que expressam o grande leque de pessoas que se colocaram para pensar e fazer a crítica aos processos políticos brasileiros, buscando com seus trabalhos propor a defesa da emancipa o dos trabalhadores e trabalhadoras, sem perder de vista a questão racial.

Clóvis Moura, intelectual e militante, estudou as iniciativas e resistências da popula o negra contra a forma o social brasileira, baseada no sistema da escravidão. Buscou fazer essa análise numa perspectiva marxista, vinculando a luta de classes e as rela es

raciais, num mesmo processo. Enquanto pesquisador, seu trabalho como jornalista muito o ajudou a conhecer e estabelecer relações com intelectuais das mais variadas vertentes. O marxismo, presente em toda sua trajetória política, pode ser percebido em suas obras, a exemplo de “Rebeliões e Senzalas”. Neste livro, destaca o papel do(a) negro(a) na luta de classes no período escravista, informando como ocorriam as lutas, as revoltas dos escravizados fazendo uma demarcação enfática do(a) negro(a) como sujeito político ativo, contrariando as teses da docilidade negra, da passividade à condição do(a) escravizado(a) que foi marcante na produção das ciências sociais brasileira durante séculos.

Clóvis Moura foi daqueles pesquisadoresengajados na militância política, o que fez dele um intelectual orgânico, pois ao longo da vida – mesmo enquanto militante partidário – vai desempenhar um papel importante nas lutas em defesa do movimento negro, contribuindo para o fortalecimento das bandeiras de luta contra as formas de exploração e dominação seja de classe ou de raça.

Para ele, a questão racial e de classeconstituía, e ainda constitui,um dos grandes debates teóricos, ainda não resolvidos pela esquerda brasileira; debate este que ficou marginalizado por muito tempo, e por muitos autores que tinham uma ideia homogeneizada e eurocentrada sobre a luta negra. Como bem destacou Moura (1988, p.26) o “problema do negro na literatura brasileira deve comportar uma revisão sociológica que não foi feita”. Nesse sentido, propõe uma nova interpretação da sociedade brasileira, revendo a condição da classe trabalhadora negra escravizada.

Nesse sentido, buscamos apresentar –de forma introdutória – o pensamento de Clóvis Moura, desejando que seja um estímuloa outros pesquisadores,no aprofundamento teórico sobre este autor, assim como de outros intelectuais que se empenharam para nos ajudar a compreender e pensar estratégias para a construção do nosso país, a partir de suas diversidades étnico-raciais e culturais, no sentido da emancipação da classetrabalhadora, composta em sua maioria de homens e mulheres negros e negras.

O estudo da obra de Clóvis Moura constitui tarefa necessária nestaconjuntura histórica brasileira, que se caracteriza por um quadro de retrocesso político;contexto este, que levanta muitas preocupações no que tange à produção do conhecimento, e principalmente do pensamento crítico,que sofre todos os dias ataque de setores conservadores e negacionistas da importância das ciências sociais e do conhecimento científico progressista. Por essa razão, o

estudo do pensamento de Clóvis Moura é de fundamental importância, pois demarca um posicionamento político necessário para a academia e os movimentos sociais, quando traz para o centro do debate a questão de raça, como sendo umas das causas da desigualdade econômica e social no Brasil.

O artigo está estruturado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, fazemos uma viagem às origens do autor: onde nasceu, suas referências familiares, seus estudos, seu engajamento na militância política, e por fim, sua consolidação como intelectual negro da questão racial. Na segunda parte, apresentamos algumas ideias e teses fundamentais discutidas pelo autor, em suas análises e reflexões, acerca da formação social e das especificidades do racismo no Brasil, bem como os aspectos da luta de negros e negras e do movimento negro contra a permanência da população negra nos piores índices de desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Por fim, queremos com este texto fazer uma homenagem *in memória* ao professor Luizão, com quem tivemos a oportunidade de conviver, dividir trabalhos de pesquisa, auxiliando-nos com livros e conversas sobre Clóvis Moura. A ele, dedicamos este trabalho quem tem forte inspiração em sua trajetória. Agradecemos o privilégio que tivemos ao tê-lo na banca de defesa monográfica do qual saiu este artigo. Muito obrigado pela sua luta em defesa da classe trabalhadora, em especial do povo negro.

Clóvis Moura: a questão racial no Brasil, vista por um intelectual orgânico negro

Como intelectual brasileiro do século XX, Clóvis Moura buscou interpretar o Brasil, a partir da compreensão das iniciativas e resistências da população negra, no contexto das relações sociais e raciais, entendendo-a como sujeito político na formação da sociedade brasileira. Sua leitura de Brasil tem como perspectiva teórica a análise marxista, método que trabalhou até o último momento da sua vida.

Daí a importância da concepção de Clóvis Moura, pioneira em demonstrar a história e a contribuição dos negros à nação brasileira de uma forma revisionista da sua ação como ator social ativo, elencando suas revoltas e participações em inúmeros levantes. A maior força de seus estudos está em identificar a grande atuação do negro, esboçando resoluções, mas, detidamente se atém a sublinhar o papel do negro como ator social no processo de transformações da sociedade escravista, bem como na capitalista (RODRIGUES *apud* MESQUITA, 2004, p.92).

Nascido em 10 de junho de 1925, pertencia a uma família de fazendeiros de classe média. Informações indicam que sua família paterna viveu na Bahia e a materna tem origem no Maranhão, então será na região Nordeste que Clovis Moura vai se formar como ser humano, tendo como cenário o cotidiano do povo nordestino, onde viveu grande parte da sua vida. O contexto econômico familiar no qual viveu, marcado por condições de acesso aos estudos, leituras, possibilidades de viagens, deu a ele bases que fugiam aos padrões da maioria da população brasileira, em especial a nordestina e piauiense. Poder fazer os estudos fora do seu território de origem, tendo chegado ao ensino superior, mostra certas condições favoráveis de Clóvis Moura, se comparadas à maioria da população marcada pelas desigualdades sociais e étnico-raciais.

Em termos raciais, era filho de Francisco de Assis Moura, negro, que exerceu o funcionalismo público por toda a vida profissional, como fiscal de renda. Tinha como avô paterno Abdon Moura, fazendeiro no Maranhão, presumidamente negro, posto sua condição de filho de Carlota, uma escravizada de um português, também seu bisavô, que era senhor de engenho na zona da mata pernambucana, ou seja, tinha uma origem paterna negra. Com outra ascendência étnica, sua mãe, Elvira Steiger de Magalhães Moura, branca, fora neta de um barão do Império da Prússia, Ferdinando Vön Steiger. Era assim, filho de uma mãe branca, pai negro e bisneto de estrangeiro, sendo “oriundo de uma família de classe média, constituída no entrecruzamento de duas oligarquias decadentes (os escravocratas Steiger e os comerciantes Moura)” (FERREIRA, 2013, p. 104).

Estes elementos apresentados são importantes no sentido de se compreender Clóvis Moura, que com traços negros, teve uma origem e variação familiar que chama atenção para o que vai ser tratado em sua obra, que é a crítica à ordem estabelecida que ele mesmo fazia parte – de certa forma – em sua origem familiar (MOURA, 2000, p. 13).

Aos dez anos de idade, Moura mudou-se com a família para Natal, capital do Rio Grande do Norte, onde residiu de 1935 a 1941. Os estudos na capital potiguar ocorreram no Colégio Santo Antônio, instituição administrada por padres maristas, sendo o estudo voltado para a formação das classes elitizadas, cujos alunos eram, em geral, filhos de políticos e intelectuais, comerciantes e fazendeiros. Os estudos formais e a vivência social na capital potiguar exerceram importante papel para sua formação de escritor, pois foi nesta cidade que se envolveu com política e literatura, duas paixões as quais ele se dedicou durante toda a vida.

No período de estudos, fundou conjuntamente com outros estudantes do colégio, à revelia dos padres maristas, o Grêmio Cívico-Literário 12 de Outubro, onde eram realizadas reuniões semanais para discussão de literatura e política. Aos 14 anos publica seu primeiro artigo, intitulado: *“Libertas quae será tamen”*, editado pelo jornal Potiguar, do grêmio da escola.

A experiência vivenciada em Natal aguça a sua curiosidade, que se mostrava ávida pelas questões políticas. Ali já demonstra sua imperiosa necessidade de entender as questões centrais do Brasil, e se coloca aberto para compreender os fatos relacionados à formação da sociedade brasileira. Essa fase é encerrada com a transferência da família para a Bahia, onde viverá o drama da perda pessoal e as responsabilidades sociais familiares. Saindo do Rio Grande do Norte:

Em 1941, os Steiger-Moura transferem-se para Salvador, Bahia. Neste mesmo ano, Carlitos, irmão mais velho de Clóvis, falece aos 17 anos, tuberculoso. A morte prematura do primogênito tem um significado muito importante na história dos Steiger-Moura: a tragédia familiar torna Clóvis, que desde o ginásio natalense ensaiava seus primeiros passos nas carreiras intelectuais (jornalismo, crítica literária etc.), um dos principais responsáveis por administrar o capital de relações sociais, culturais e políticas acumulado pela família Clovis (OLIVEIRA, 2009, p. 28).

Agora, na condição de filho mais velho, Clóvis representa socialmente o legado aristocrático da família, o que efetivamente, não vai se concretizar em suas práticas, pois que decide enveredar no mundo da intelectualidade e, mesmo politicamente, segue um viés revolucionário, fugindo ao padrão conservador que caracterizava a família.

Em 1944 na Bahia, Clóvis Moura entrou para a faculdade de Direito, mas tentava concomitante, ingressar na carreira jornalística, que teve início no jornal “O Momento”, um diário que pertencia ao Partido Comunista do Brasil – PCB, dirigido por Carlos Marighella. Importante destacar que a herança política da família lhe abre possibilidades de articular contatos para seu engajamento no mundo jornalístico, o que vai abrir portas na carreira profissional.

Como o jornal era ligado ao PCB, o trabalho como jornalismo rendeu-lhe a oportunidade de militar no Partido, e ali deu início à caminhada efetivamente política e intelectual militante. Sua filiação partidária, associada à profissão de jornalista, vai ser marcante, possibilitando-lhe conciliar o trabalho com a vida política. Além disso, constituiu oportunidade de estudo da teoria marxista, bem como sua inserção nas discussões

referentes ao movimento comunista internacional. A militância partidária lhe propiciava espaço privilegiado de informações conjunturais nacionais e internacionais, o que comporá suas fundamentações e análises.

Este período – marcado pela Ditadura Vargas (1937-1945) – se caracteriza, também, pelo avanço das forças conservadoras no contexto internacional, a partir do auge da ideologia fascista, tratando de forma dura e implacável os inimigos políticos, onde se enquadram os comunistas. Neste sentido, “A repressão aos comunistas tornava-se pretexto para a decretação de novas medidas de exceção, com consentimento das oligarquias, passando o país a viver em permanente estado de sítio” (ALENCAR, 1994, p. 313).

Importante demarcar o fato de que esta inserção política partidária, com caráter revolucionário, acontece aos seus vinte anos de idade e coincide com a política do governo central que se baseava na intensificação às perseguições a pessoas, lideranças e intuições que se colocavam a criticar o governo. Esse período denominado na história política brasileira de Estado Novo representou para muita gente uma ameaça à vida, à militância política e às personalidades que expressavam o pensamento crítico ao regime. Essa fase da vida de Clóvis Moura é marcada diretamente pela repressão e perseguição a intelectuais e políticos, como o autor Jorge Amado, escritor e dirigente do Partido Comunista que teve parte de seus escritos incinerados, pela política de repressão do governo Federal. Assim como Jorge Amado, outras figuras da política, da literatura, do teatro e outras organizações foram perseguidas (OLIVIEIRA, 2009).

Clóvis Moura entra para o mundo da literatura, tanto na produção direta, mas também na linha editorial, contribuindo para a formação de instituições culturais de nova configuração, como a Associação Brasileira de Escritores. Ele entra para temática racial escrevendo artigos e poesias para a Revista Cadernos da Bahia, criada em 1948, que tinha como eixo central temas voltados para questões afro-baianas. Com tal produção, Moura amplia o seu engajamento jornalístico e por muitos anos a Revista irá fazer parte da sua vida. Como objetivo, a publicação pretendia possibilitar a discussão sobre os problemas reais e concretos da cultura local (FERREIRA, 2013).

A partir do seu envolvimento com a Revista Cadernos da Bahia, Moura teve a possibilidade de trocar ideias através de correspondência com expoentes intelectuais críticos,

que lhe consolidou o interesse pela questão negra, reciprocando impressões sobre o tema também com Edson Carneiro, pesquisador respeitado e referência dos estudos afro-brasileiros.

Os contatos através das cartas se davam com distintos autores e de diferentes regiões do país, assim como da própria Bahia, enquanto morava em Feira de Santana. Além disso, extrapolando as fronteiras nacionais, se correspondia com estudiosos como Emílio Willens, na Alemanha e Donald Pierson nos Estados Unidos. Mesmo não tendo concordância política metodológica com todos seus correspondentes, estes trocavam comunicações que serviram de base para a construção do seu pensamento. Destaque para um importante intelectual na trajetória de pesquisador, o economista Emílio Willems, um pesquisador alemão que, “nos anos 30, ligou-se à área de Antropologia da recém-criada Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo” (OLIVERIA, 2009, p. 49).

Devido à inserção de Clóvis Moura na vida política e jornalística muito engajada na Bahia, cria tensões locais, fazendo com que decida se mudar para São Paulo em 1949. Esta mudança o faz ir ao encontro da Frente Cultural do PCB, organismo que reunia grandes nomes da política e da intelectualidade brasileira. Ali, ele encontrou nomes como Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, trabalhou para Samuel Wainer “e posteriormente para Assis Chateaubriand nos Diários Associados” (FARIAS, s/d, p.2).

A carreira jornalística é uma alternativa para que Clóvis Moura mantenha um contínuo vínculo com o campo intelectual e, ao mesmo tempo, uma relativa independência e autonomia em relação à institucionalização das Ciências Sociais. A inserção na dinâmica política e profissional como jornalista em São Paulo oportunizou a Moura abrir um leque cada vez maior de contatos no campo intelectual e uma relativa independência e autonomia em relação às instituições de pesquisa, o que será muito importante para o desenvolvimento de sua carreira como pesquisador.

Em particular, a história da rebeldia negra ao longo dos quase 400 anos de escravidão lhe exigiu o aprofundamento das questões relacionadas ao tema. A partir daí, estabeleceu contatos com autores que estudavam a questão afro-brasileira, mantendo diálogo com, por exemplo, Arthur Ramos, médico e antropólogo alagoano, considerado um grande pesquisador da cultura negra, e que teve papel de grande relevância na vida intelectual de Clóvis Moura. E, apesar de não comungarem da mesma concepção teórico-metodológica, o contato entre os dois foi importante na vida do pesquisador. Clóvis Moura busca entender o contexto

escravagista, observando o comportamento dos senhores de escravizados e, ao mesmo tempo, o movimento de resistência negra e seu papel ativo. Buscando demonstrar a participação do(a) negro(a) na formação da nação, seja na perspectiva cultural, seja na perspectiva social e seus desdobramentos econômicos e políticos, resultou na publicação de seu livro “Rebeliões e Senzalas” em 1959, no qual:

[...] procura estudar a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo do processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira *indústria* em tal sentido. Por tudo isso, procuramos ver o escravo, no presente livro, como negação de um sistema que, para afirmar-se em sua amplitude, tinha de estabelecer toda uma mecânica de sujeição. Nesse sentido procuramos trazer elementos novos, alguns não muito novos mas desprezados, para melhor se compreender a essência do processo que teve início com o estabelecimento da escravidão e desaguou na Abolição (MOURA, 1988, p.35).

A perspectiva de análise acima não agradava muito a parte da intelectualidade dedicada aos estudos sobre a população negra à época, que em geral apresentava estudos mais referenciados no culturalismo, pesquisando os negros a partir de aspectos como religião, costumes, tradições e cultura. Por outro, este assunto, ou melhor, a discussão feita por Moura não despertara o interesse da nata intelectual da esquerda na década de 1950. Dentre os intelectuais que demonstravam pouco interesse para essa temática estavam Caio Prado Junior, que foi muito importante na formação de Moura, mas que discordava da centralidade da temática negra na interpretação da realidade e da revolução brasileira.

Na relação entre os dois intelectuais, Caio Prado não considerava:

[...] prioridade um estudo histórico sobre as rebeliões escravas e a cultura negra em Juazeiro (do ponto de vista teórico e metodológico) e orienta ao jovem Clovis Moura que se dedique a temas mais produtivos e politicamente relevantes (campesinato, estrutura fundiária, populações ribeirinhas e sertanejas) (OLIVIEIRA, 2009, p.57).

Além disso, este debate incomodava à sociedade brasileira como um todo, pois a luta negra denunciava a herança escravista nacional e que a “questão racial” não compunha a luta de classe. Naquele momento não havia a compreensão das relações raciais, como um dos elementos fundamentais das determinações sociohistóricas das classes no Brasil. A análise de Moura se baseia em Karl Marx para compreender a realidade brasileira, a partir das relações

preconceituosas de brancos contra negros, dando a estes a perspectiva de sujeito histórico, com processos específicos, próprios das condições a si impostas.

A obra “Rebeliões e Senzalas” não interessou a editora Brasiliense, cujo responsável era Caio Prado Junior. Ele entendeu que o tema não era relevante, com a justificativa de que a pesquisa apresentada tratava de regionalidade, no caso o Nordeste, onde as forças produtivas ainda estavam pouco desenvolvidas, em relação ao pleno desenvolvimento destas no sul do país, o que seria mais adequado. Apesar da falta de interesse da editora Brasiliense, onde Clóvis Moura gostaria de ter feito a publicação, por sua referência política e teórica, a obra foi publicada pela Editora Zumbi dos Palmares, de propriedade do próprio autor. Assim, “Rebeliões e Senzalas”, o primeiro grande trabalho sobre a temática, foi publicado em 1959, constituindo “uma interpretação marxista da escravidão no país pelo viés da resistência escrava” (MESQUITA, 2004, p. 340).

Outro intelectual importante na carreira do pesquisador Clóvis Moura foi Donald Pierson, graduado pela Escola de Chicago e autor de vários livros e trabalhos publicados, entre eles “Branco e Pretos na Bahia”, em 1971. A obra trata das relações “raciais” no Brasil e apresentava a mesma linha de raciocínio de Willems. O contato entre este pesquisador e Moura também se dava através de cartas, meio pelo qual Donald Pierson observa a dificuldade de Moura para acessar livros e publicações referentes a seus estudos e, sensibilizado com as limitações do nosso autor, Pierson começou a encaminhar algumas obras, assim como “indicar nomes de intelectuais com os quais Moura poderia entrar em contato com o objetivo de aprofundar mais suas pesquisas, tais como Oracy Nogueira, Carlos Dorges Teixeira, entre outros” (FERREIRA, 2013, p. 105).

Outros intelectuais fizeram parte do rol de correspondentes com Moura através de cartas no período que vai de 1945 a 1952, como Darwir Brandão; Expedito A. N.; Ralp L. Beals; Astrogildo Pereira e Carlos Drummond de Andrade. As cartas não foram frequentes, mas cumpriam papel importante para o amadurecimento intelectual do autor. Sobre a importância destas comunicações, podemos entender que

[...] elas cumprem um duplo papel: primeiro, de nos auxiliar a compreender o interesse inicial de Clóvis Moura sobre a cultura negra e posteriormente as rebeliões escravas a partir das questões que provavelmente levantou a partir das respostas apresentadas por seus interlocutores; segundo, de analisar as tentativas de Clóvis Moura em *legitimar* seu plano de estudos sobre o negro através do diálogo com estudiosos acadêmicos ou com circulação no meio universitário (OLIVEIRA, 2009, p. 48).

O contato com o mundo intelectual de autores de distintas correntes teóricas não tirou de Clóvis Moura a qualidade de crítico rigoroso. Esse rigor foi determinante na sua interpretação da história dos africanos escravizados e seus descendentes, numa perspectivabastante distinta da interpretação dada por Gilberto Freyre e outros pesquisadores, então referenciados na intelectualidade brasileira. Eles entendiam a escravidão como sendo um sistema de bases convergentes, um sistema composto por escravizados, que via de regra, “eram ajustados à sua condição servil e senhores despóticos, ainda que protetores” (MESQUITA, 2004,p.340).

Em seus trabalhos, como já apontado acima, seguiu buscando entender o papel da classe trabalhadora negra na constituição da nação, denunciando a exclusão e a marginalização negra, tentando compreender o que levou o Brasil à constituição e consolidação de um racismo tão violento quanto em outros lugares. Numa perspectiva antagônica a Gilberto Freyre, que com sua obra suscitou o mito da democracia racial, “Moura buscou valorizar a resistência dos negros e seu importante papel na transformação ou destruição de sua condição de escravo, portanto, seu caráter dinâmico na história do país” (MESQUITA, 2004, p.340).

A década de 1960 foi marcada pela saída de Clóvis Moura do Partido Comunista Brasileiro, por conta das divergências políticas internas e, principalmente, pelo posicionamento do Partido sobre a conjuntura internacional. Sobre o caso, havia uma discordância de um grupo de militantes ao atrelamento do partido às orientações políticas soviéticas.

A partir de então, não milita mais organicamente em nenhum partido político. Em relação ao PCB manterá apenas boas relações com os “amigos do antigo partidão”, agora dividido em dois partidos, o PCB, formado pela militância mais histórica; e o Partido Comunista do Brasil – PC do B, fundado em 1962, formado pela ala considerada mais pragmática, com estratégia eleitoral. De 1960 até 1980 Clóvis Moura vai se dedicar quase que exclusivamente a tarefa dos estudos, participando de congressos, dando conferências, elaborando artigos para revistas científicas, jornais, e dando continuidade a seu trabalho de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil.

O contexto vivido no Brasil a partir do golpe militar-civil-empresarial de 1964, vai levar muitos brasileiros a sofrer as consequências por defender um projeto de Brasil diferente dos militares. Clóvis Moura estava entre estes brasileiros, e sentiu na pele a repressão da ditadura de 1964. Informações levantadas dão conta de que pelo menos duas vezes ele foi chamado pelo DOPS¹ para prestar esclarecimentos. Algo muito comum considerando o papel extraordinário que desenvolvia, de envolvimento com a política e a pesquisa com questões sociais e raciais. Foi no período do golpe militar-civil-empresarial, exatamente em 1964, que é lançado seu livro “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha”. Justificando a publicação do estudo, Moura (1964, p.5) esclarece que,

[...]a obra de Euclides da Cunha é, por várias razões, uma das mais desfiguradas. Desfiguradas pelos seus admiradores. Desfigurada pelos seus detratores. Nosso trabalho, que nada tem de definitivo e perfeito é uma tentativa de restaurar o verdadeiro Euclides da Cunha.

O livro não apresenta um estudo específico do trabalho sobre “Os sertões”, que consagrou Euclides da Cunha, mas procura fazer uma discussão que abarque toda a sua obra. Para este trabalho, Clóvis Moura utilizou-se de manuscritos e artigos do autor que ainda não tinham sido publicados. Os estudos e análises de Moura acerca do pensamento de Euclides da Cunha entram em choque com a percepção que setores da intelectualidade de esquerda tinham do autor. Considerado como estudioso de viés progressista, Moura o apresenta numa perspectiva conservadora, com pensamento de matriz teórica racista e eurocentrista. Em seu entendimento, o pensamento de Euclides da Cunha era calcado numa base semicolonial, deixando claro sua condição de intelectual subordinado ao pensamento exógeno, especialmente europeu. Em sua análise teórico-metodológica, o estudioso observa não ser este problema exclusivo do autor de “Os Sertões”, mas uma questão mais geral da intelectualidade brasileira. Para ele,

O conhecimento da problemática nacional, mesmo dentro dos quadros da intelectualidade burguesa, estava empanado por um reflexo não apenas intelectual, mas estrutural, isto é, econômico, político e ideológico, que a nossa situação colonial absorvia sem filtrar. Dobravam-se assim sobre o complexo colonial aqueles que procuravam, não apenas analisar mas, também, resolver os nossos problemas. Tavares Bastos, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Manoel Bonfim, Tobias Barreto e os demais sofriam a pressão de cima para baixo, que advinha da nossa situação de semicolônia e, mesmo procurando reagir em face da situação objetiva a que se

¹O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) criado em 1924, foi um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar.

encontravam expostos, não chegavam a uma compreensão global do problema nem mesmo do ponto de vista de autoconsciência burguesa (MOURA, 1964, p.15).

Uma das conclusões de Moura é que a principal influência teórica de Euclides da Cunha seria o pensador inglês Herbert Spencer, filósofo mentor do darwinismo social, teoria criada no século XIX para justificar a exploração de um povo sobre o outro, com o argumento que os europeus seriam superiores em relação aos povos africanos, asiáticos e americanos. Essas ideias corroboram com a perspectiva de um pensamento brasileiro intrinsecamente eurocêntrico. Neste sentido,

Entendendo a raiz conservadora de Euclides da Cunha, Moura explica a análise feita por ele sobre os sertanejos que empreenderam a mais importante e impactante revolta popular do primeiro período da Primeira República, a Revolta de Canudos. O destaque do livro Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha está na contribuição de Clóvis Moura para compreensão do pensamento conservador brasileiro e como esses intelectuais que interpretaram Brasil, enraizados no pensamento racista do século XIX, não puderam entender de outra maneira se não como negativa as influências africanas e de seus descendentes para formação do Estado Nação brasileiro (FARIAS, s/d, p.04).

Mesmo com o processo político militarizado em que vivia a sociedade brasileira na década de 1970, ela foi muito fértil para a produção intelectual de Clóvis Moura. Neste período, publicou importantes obras com regularidade bienal. Dentre os vários trabalhos desta década, citamos: “Revoltas de escravos em São Paulo” (1970); “O percussor do abolicionismo de Zumbi” (1974); “A Tragédia camponesa de Canudos” (1976); e em 1978 “A emergência ideológica do negro urbano”. Em 1980, iniciando a próxima década, publicou “João Cândido”. Ressaltamos que nesse período suas análises e interpretações trazem muito do contexto latino-americano, mas sempre inserindo no debate a participação, integração e uma emancipação do negro continente (FERREIRA, 2013).

Vale aqui um destaque para um estudo sobre a cultura popular e o racismo feito pelo autor. No livro “O preconceito de cor na literatura de cordel”, trabalho publicado em 1976, Clóvis Moura nos ajuda a compreender as relações de classe e raça no Brasil. Para realização desse trabalho, analisou 25 folhetos de cordel, sendo que para tanto fez um processo de classificação, definindo categorias e analisando a fundo o conteúdo de uma das mais prestigiadas expressões de cultura popular.

O estudo traz elementos que mostram como o conteúdo do cordel constitui importante elemento de disseminação do preconceito e racismo contra o negro, o qual é

sempre apresentado na condição de inferioridade, “fortalecendo cada vez mais os estereótipos (negativos) que os colocam em situações vexatórias ao ponto de personificá-los com o próprio diabo” (FERREIRA, 2013, p.120). Destaque para o fato de que o cordel é tradição no Nordeste, região com maior incidência de população negra, e conseqüentemente oprimida, explorada e empobrecida. Como tese, o trabalho demonstra que o preconceito de cor, essa ideologia criada e reproduzida pela burguesia chegou também à cultura popular, o resultado é que 60% da publicação dos cordéis expressam diretamente e indiretamente o preconceito contra negros (FARIAS, s/d).

A década de 1980 marca o processo de redemocratização no Brasil, com as forças sociais e políticas se reorganizando para a retomada da democracia. Nesse contexto, Clóvis Moura escreve muito, e seus trabalhos seguem na mesma linha de consolidar um pensamento crítico, destacando os aspectos sociais, políticos e valorizando a participação negra na história brasileira. Neste período, destacamos textos sobre as lutas contra a escravidão e trabalhos sobre a abolição. São destaque dessa década, livros como: “A trajetória da Abolição em São Paulo”, publicado em 1988; “Cem anos de Abolição no Brasil”, no mesmo ano; e “Uma utopia anticolonialista”, com publicação em 1989.

A década de 1990 é marcada pela publicação do livro “A República de Palmares e seu significado sociopolítico”, com publicação em 1995; No mesmo ano, a publicação de “A dinâmica político-ideológica do racismo no novo contexto internacional”. Já em 2001, a obra “Água mole em pedra dura tanto bate até que...”. Nos seus últimos anos de vida, decomunista sem partido, foi colaborando com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, produzindo ensaios para a Editora Expressão Popular, dentre eles: “Sociologia política da guerra camponesa de Canudos”, em 2000; “Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST”, também em 2000.

Em 2003, passara longos meses internado devido a câncer na garganta, falecendo em fins de dezembro, no Hospital Alberto Einstein, em São Paulo, aos 78 anos. Como homem negro em uma sociedade preconceituosa, racista e desigual, ousou problematizar e refletir a fundo as determinações das relações de classe e raça no Brasil, apontando a escravidão como elemento sociohistórico determinante para as desigualdades econômicas existentes no país, e que o negro na história apresenta ações muito além da dimensão cultural, apresentando-o como sujeito político e ativo na formação brasileira. Com vida intensa na produção

intelectual, Moura tem importância para o debate sobre categorias centrais para a compreensão da questão étnico-racial.

O racismo e a atualidade do pensamento de Clóvis Moura

O Brasil chega ao século XXI como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo, sendo o país com maior população negra fora do continente africano. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2010, dão conta de que nossa população era de 190.732.694 (cento e noventa milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro) habitantes. Refletindo sobre a identificação étnico-racial autodeclarada dos brasileiros, “em torno de (50,7%) da população brasileira possui ascendência negra e africana, que se expressa na cultura, na corporeidade e na construção da identidade” (MARQUES *et al.*, 2016, p. 263). Importante destacar para o fato de que pela primeira vez, desde 1870, data do primeiro recenseamento no país, a maioria da população brasileira não é de brancos, o que resulta de uma “mudança cultural”, de um “processo de valorização da raça negra e ao aumento da autoestima dessa população” (MARQUES *et al.*, 2016, p. 264).

Como já indicado nesse trabalho, desde o período colonial, os negros vêm sendo submetidos a relações baseadas no racismo e vivenciando as piores condições de vida, em termos materiais, econômicos, sociais e políticos. Como dito por Jaccoud (2008, p. 49):

O racismo no Brasil é associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difundem no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As teorias racistas, estão largamente difundidas na sociedade brasileira, e projeto de branqueamento vigoram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídas pela chamada ideologia da democracia racial

Nesse sentido, é impossível a apropriação da dinâmica racista no Brasil sem compreendermos as suas determinações sociohistóricas. Como um dos aspectos a serem considerados, podemos apontar, inicialmente, as razões para a participação negra no processo de formação nacional. Expatriados de seus territórios, negras e negros aprisionados foram comercializados da África para o Brasil com o propósito de trabalharem, sob o regime da escravidão, na produção da monocultura de exportação. Na condição de escravizados, lhes foram dispensados desde sua chegada tratamentos degradantes, inclusive sendo negada a

condição humana, sendo tratados de forma animalizada e objetivada, como instrumentos de trabalho. Ou seja, podemos entender que o racismo tem suas bases históricas e políticas alicerçadas em um sistema de produção, onde os arranjos dão-se desde a constituição da burguesia como classe dominante, sendo esta branca, patriarcal, machista e racista.

A história do povo brasileiro se confunde com a história do povo negro, seja pelas representações políticas, seja pela cultura da resistência. É uma história que tem a cara de um povo marcado pela relação de exploração do trabalho. As relações de exploração para a organização do trabalho se iniciam no processo de colonização no Brasil, em meados do século XVI, através da exploração da força de trabalho indígena para a extração das matérias primas, que naquele período representava nossa maior riqueza.

Esse processo marcado pela exploração da força de trabalho e da extração da matéria prima brasileira, no contexto da divisão internacional do trabalho, foi definido pela expropriação das riquezas nacionais do território do “novo mundo”, num período conceituado por Marx (2013) de acumulação primitiva do capital. Esse contexto era caracterizado pelas relações econômicas de uma época, expressas nas determinantes políticas que vão ser cruciais para a dominação dos povos e do território não europeu.

Outro importante aspecto a ser observado são as teorias acerca desse fenômeno. Das várias teorias que muito contribuíram para a ideia de inferioridade do negro, localiza-se o debate sobre raça. O termo raça, de modo geral, encontra-se associado a uma distinção entre os seres humanos, tendo como referência aspectos biológicos, e sempre no sentido de inferiorizar um grupo, porém, não pode ser observado como um “termo fixo”, “estático”, sendo que seu:

[...] sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional* e *histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018, p. 1, grifos do autor).

Este conceito, portanto, é social e historicamente construído. Em essência, intenciona a subjugação de um grupo, povo, ou classe, o que não acontece de forma tranquila, harmônica, mas que como qualquer processo de exploração ou dominação é permeado por conflitos e disputas. Além disso, podemos pensar a partir da concepção de Almeida (2018) e Moura (1988) que a constituição política e econômica, mas também social e cultural do Brasil não pode ser contada sem a reflexão sobre a questão apontada.

Muitos foram os estudiosos que em suas reflexões chegavam às mais diversas teorias, na busca incessante de seguir os rumos dos países europeus, símbolo do “progresso”. Por essa razão, o Estado promove uma série de ações para a consumação de tal intento, na qual destacamos o decreto nº 528, de junho de 1890, que condiciona a imigração a pessoas capacitadas para o trabalho, sem responsabilização criminal, e nem de origem africana ou asiática (SKIDMORE *Apud* NEVES, 2008, p. 243). Com isto, efetivamente

À população negra foram suprimidas as oportunidades de trabalho, ora reservadas ao segmento branco nativo e aos imigrantes europeus, disto resultando uma divisão de funções na sociedade brasileira, restando ao segmento negro posições sociais inferiores ou rejeitadas pelo(a)s branco(a)s (SANTOS, 2015, p. 104).

A política de embranquecimento no Brasil empurrou a população negra para longe do considerado “moderno”, “bom” e “belo”. No processo de urbanização, que contou com a participação intensa da força de trabalho imigrante branca, a população negra foi excluída não só do trabalho, mas em termos geográficos, inclusive. Precisou, literalmente, “subir o morro”, constituindo as favelas em condições de precariedade extrema, caracterizada pela ausência de políticas públicas em geral.

Clóvis Moura nos chama a atenção para a ocorrência de que as iniciativas de embranquecer o Brasil estavam bastante ligadas ao fato do(a) negro(a) não mais ser necessário, enquanto força de trabalho escravizada, uma vez que:

O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil, surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista (MOURA, 1988, p. 79).

Indolente, como reconhecido, o(a) negro(a) não estava preparado para a disciplina da dinâmica industrial e às regras do mercado de trabalho. Isto é, para as elites políticas e intelectuais brasileiras, não o(a) trabalhador(a) negro(a) não servia ao desenvolvimento do Brasil moderno, competitivo, pois não estava apto ao mercado de trabalho livre, seja pela “falta de preparo técnico”, seja pela preferência ao “trabalhador estrangeiro”. O fato é que se:

[...] concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional, e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro e do mulato, automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional (FERNANDES, 1964, p. 119-120).

Sob esta visão, a população negra também não apresentava condições para o “trato social”, pois considerada primitiva, ignorante e “repugnante”, não tinha condições de viver socialmente, daí a segregação territorial que lhe foi imposta, representada pelas áreas que lhe foi designada por moradia, a favela, “lugar de negro”. Vivenciando a discriminação e preconceito por causa de sua cor de pele, foi de forma insistente e com muita luta e enfrentamento que a classe trabalhadora negra sobreviveu e sobrevive ao racismo com que é tratado historicamente no país.

Toda a discriminação racial passava pela dinâmica econômica do país, e:

Com efeito, o Brasil pós-abolição, deveria ser repensado e reorganizado a fim de inseri-lo no quadro do capitalismo internacional. Segundo o discurso das elites, um país desenvolvido não poderia ser marcado por uma população negra e mestiça, ou com conflitos raciais que o desestabilizassem. Nesta direção, duas ideologias, inicialmente, surgiram para “solucionar” o problema: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial (SANTOS, 2015, p. 103).

Diante do exposto, os estudos realizados por Clóvis Moura (1988, p. 17) demonstram que o conhecimento “[...] sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista ideologizada”. Entendemos que muitos estudiosos, acadêmicos e intelectuais de modo geral, quando tratam em seus estudos sobre temas como este expressam explicitamente seus preconceitos, e com a retórica da imparcialidade ou neutralidade epistemológica, constroem e disseminam teses ideologicamente estruturadas e supostamente “fundamentadas” cientificamente, mas que reproduzem manifestações do racismo.

Também, ideologicamente, o Estado brasileiro e os intelectuais reforçaram as políticas de branqueamento. Nesse sentido, o rompimento da utilização brasileira do termo raça, com conotação biológica, vai ter como expoente Gilberto Freyre, que

[...] propôs substituir a ideia de raça por cultura, o que agradou parte do meio acadêmico e os governos ditatoriais entre 1930-1945 e 1964-1985, que procuravam ‘ocultar as relações desiguais e violentas que marcaram a colonização portuguesa e a constituição da sociedade brasileira’. (MATTOS; TELLA, 2004, p. 24)

Para os autores acima, na perspectiva freyriana, as relações entre as raças se caracterizam pela lascividade, se apegando como fio condutor uma passividade nas relações, que passa pelo sensual. E neste sentido, para Munanga (2009, p. 15) se a raça, enquanto categoria teórica sofre contestação, em termos políticos e ideológicos o conceito apresenta

sentido bastante significativo, tendo-o como base para o sistema de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais ainda na atualidade.

Além de tomar por base as relações raciais de extrema crueldade da escravidão na América, não por serem os portugueses “mais cristãos”, mas pela herança da maneira árabe de tratar a escravidão doméstica, incluindo aí, a essência poligâmica das relações entre senhores e escravas, Freyre também defendia a ideia de harmonia entre as raças, havendo o que ele chama de “quase reciprocidade cultural”. Mas, não negando a superioridade de um grupo, diz que tal reciprocidade “[...] resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos mais atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com o conquistado” (FREYRE, 2002, p. 163).

Ianni (1988, p. 129) reitera que Freyre considera as relações raciais de forma democrática no Brasil, destacando como equívoco as conclusões do autor, que demarca um patriarcalismo com “escravatura humanizada, não alienante” e a construção de uma “sociedade racialmente democrática”, resultante das peculiaridades da cultura e moral portuguesa. Gilberto Freyre assume o protagonismo intelectual por conta da construção mítica da democracia racial no Brasil, sendo “porta-voz” de um grupo de estudiosos preocupados com “[...] os problemas raciais brasileiros em termos culturais, psicológicos ou do darwinismo social” (IANNI, 1988, p. 132).

Clóvis Moura, em muitas de suas reflexões sobre a questão racial no Brasil, particularmente situa a ideia de democracia racial em um contexto político e ideológico de controle das massas negras insubmissas, sendo, para isto, criadas “técnicas de repressão”. O autor, em sua obra “Sociologia do negro brasileiro” (1988) debate, dentre outros aspectos de dominação, a perseguição às religiões, por serem consideradas mecanismos da resistência negra. Para tanto, os dominadores assim como usaram a ideia do negro bárbaro para justificar sua escravização, perseguiram (e perseguem) as religiões de matriz africana definindo-as como fetichistas, animistas, perigosas e de bruxaria. Nesse sentido:

O aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social e, para isto, havia a necessidade de se neutralizar todos os grupos de resistência - ideológicos, sociais, culturais, políticos e religiosos - dos dominados. Com a grande maioria dos explorados no Brasil é constituída de afro-brasileiros, criou-se, de um lado, a mitologia da ‘democracia racial’ e, de outro, continuou-se o trabalho de desarticulação das suas religiões (MOURA, 1988, p. 55).

Para Moura, com efeito, a ideologia da democracia racial assume, assim, conotação intencional e politicamente estruturada, de conservar “os valores discriminatórios do dominador no nível de relações interétnicas” mantendo de forma racional a dicotomia entre negros e brancos, até porque a elite branca escolheu como tipo ideal o branco europeu e todas suas representações (políticas, culturais e religiosas) e como tipo negativo o negro, cuja representação se faz étnica e culturalmente (MOURA, 1988, p. 62).

O autor traz situações e contextos que bem evidenciam a disseminação ideológica da busca pelo tipo ideal criado pelo dominador, como a folclórica tipologia de não brancos identificados no recenseamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1980, que busca negar sua proximidade com a negritude. O exotismo e despropósito dos termos usados pelos autodeclarados bem indica que:

A identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador (MOURA, 1988, p. 64).

A farsa da democracia racial mostra-se na busca dos não brancos em aproximarem-se do ideário branco, isto porque a supremacia branca é inegável, evidente e autoritária. O autoritarismo branco se manifesta ideológica, política, social e culturalmente. Ideologicamente, a imagem do negro perdura como insolente, preguiçoso e incapaz. Como não gente, ele aparece nas anedotas que ainda o ridiculariza e o expõe; como destituído de direitos, a classe dominante lhes nega a Constituição Federal em toda a sua “extensão” de garantidora de direitos. A inclusão negra nas universidades através do sistema de cotas constitui, na atualidade brasileira, um dos mais polêmicos debates, que se apresentam enquanto questão social, mas que carrega sua dimensão essencialmente política e racial.

Motivo de muitas controvérsias e polêmicas, os negros no Brasil são apresentados com as mais diferentes concepções, que vão desde o absurdo (em todas as dimensões possíveis) da tese do embranquecimento, como uma das soluções para os problemas brasileiros, passando pelo reconhecimento da importância da cultura africana na formação brasileira, até a sociologia crítica da organização socioeconômica do país.

O ideal do branqueamento consolida-se nas décadas de 1920e1930, mesmo com progressivo enfraquecimento das “teorias deterministas da raça”. As elites nacionais percebiam a questão racial de forma cada vez mais positiva para eles, o Brasil parecia branquear-se de maneira significativa, e o problema racial encaminhava para

uma solução. É o que apontam, por exemplo parlamentares que acompanharam a apresentação, ainda na década de 1920, de projeto de lei, na Câmara dos Deputados, visando impedir a migração de “indivíduos da cor preta”. Seus opositores reuniam não apenas os que identificaram um teor racista nesses projetos, mas também aqueles os consideraram inócuos, pois a trajetória recente já assegurava que o negro estava fadado ao desaparecimento no país em algumas décadas. Esse mesmo discurso é encontrado, ainda, nos debates da Assembleia Constituinte de 1934 (JACCOUD, 2008, p. 54).

Segundo o autor acima, vai ser nesse mesmo período que o Brasil vai assistir de forma progressiva o desaparecimento explícito do discurso racista, seja no campo político, seja no campo intelectual de interpretação social do país, e em seu lugar aparece o conceito de mestiçagem buscando passar uma imagem positiva do Brasil aqui e lá fora.

Concretamente, pouco se conhece e muito se ignora sobre partes da história do Brasil, mas a ideia de Clóvis Moura nos ajuda a pensar que

[...] a história do povo se confunde com a história do trabalho e, no Brasil, essa é, principalmente, a história da escravidão e da luta dos escravos contra aquele estatuto iníquo. E que, em decorrência disso, a história do negro no Brasil é a história do povo brasileiro, a história dos povos – negros, índios, mestiços – oprimidos primeiro pela colonização e pela escravidão e, depois, pelo capitalismo e pelo imperialismo (RUY, 2018, s/p).

Para Clóvis Moura (1988) a dinâmica do período da escravidão – que corresponde a 388 anos de nossa história, e que mesmo após a abolição continuou a determinar a formação social e econômica do Brasil – tem relação direta com a história da classe trabalhadora negra escravizada, suas iniciativas e resistências contra o regime escravista, ou seja, a luta de classe e racial entre os escravizados e os senhores brancos proprietários, que tendo a posse dos aparatos de poder empreendem uma série de ações visando impedir a rebeldia negra. Nesse sentido, a partir de Moura (1988), é preciso entender que a classe trabalhadora negra escravizada, livre ou liberta no período da escravidão não era homogênea culturalmente e nem tão pouco desqualificado para qualquer tipo de trabalho existente. Vindos de diversas regiões do continente africano, a classe trabalhadora negra no Brasil é constituída de uma variedade importante e significativa de modos de vida.

Toda essa estrutura de extrair a força de trabalho para alimentar um sistema que começa em África, e chega para o Brasil, dependia de uma instituição que desse suporte para o arcabouço de ações daquele sistema para garantir os interesses dos senhores de escravizados. Assim,

Durante toda a existência do Estado brasileiro, no regime escravista, ele se destinava, fundamentalmente, a manter e defender os interesses dos donos de escravos. Isto quer dizer que o negro que aqui chegava coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isto, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado (MOURA, 1988, p. 22).

Dentre as relações sociais formadas no Brasil escravista, as estabelecidas entre senhores e negros escravizados, caracterizadamente racistas, constituem base para as históricas desigualdades que caracterizam o país. Assim, estamos tratando aqui, de homens e mulheres aviltados em sua condição humana, expropriados de suas terras, tradições e costumes, separados de suas famílias e amores. Era sua lógica organizativa e comportamental sendo substituída arbitrariamente por outra. Trazidos como instrumentos de trabalho, aqui recebidos e tratados como tal. Sem qualquer direito às suas vidas, lhes foram atribuídos os papéis mais renegados pela sociedade por conta da cor da pele, o que os define na hierarquia social. Neste sentido, existe “Há no Brasil uma hierarquia de cores e a cor mais escura constitui um obstáculo à ascensão social [...] É difícil que um negro venha a ser um alto funcionário; precisará de muito mais talento e trabalho do que se fosse de cor clara; encontrará resistências” (LAMBERTA *apud* FIGUEIREDO, 2004, p. 206).

Importante destacar que este processo de exploração da força negra escravizada não acontece de forma passiva e/ou harmoniosa, muito pelo contrário. Muitas foram as estratégias de resistência e luta negra, sendo a quilombagem sua mais importante expressão, inclusive, nos dias de hoje. Mas, antes da formação dos quilombos, os quais já resultavam do mecanismo das fugas, documentos dão conta de que as fugas e os quilombos não constituíam os limites das iniciativas contra a escravidão, pois são vastos os registros de rebeliões, revoltas e sabotagens na produção, assim como os assassinatos e até mesmo a recorrência ao suicídio, resultante do “banzo”, que como estado de “apatia psicológica emocional” provocava-lhes a morte.

Para Clóvis Moura as várias formas de resistência, seja individual ou coletiva, se constituíram como estratégia em grande parte marcada pela luta contra o aparelho do Estado que servia ao sistema escravocrata (MOURA, 1988, p. 22). Particularmente os quilombos, como maior expressão da dinâmica negra de resistência e luta, foi:

Incontestavelmente a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era

atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, [...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto apenas um fenômeno esporádico. Constituía-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho conta a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 1988, p. 102).

As manifestações culturais e religiosas também podem ser consideradas resistência, e neste sentido, a adoção de santos cultuados pela igreja católica associados aos orixás possibilitou uma das mais importantes expressões da cultura religiosa do país: o sincretismo. Assim foi com a dança e a comida, fazendo com que a cultura geral brasileira não possa prescindir destas tradições e seja reconhecida mundialmente pelo significado da cultura africana na sua constituição.

A luta dos negros contra a escravidão não se limitou ao enfrentamento ao senhor proprietário, mas compôs de forma categórica o movimento abolicionista, dando-lhe conotação popular. Na dinâmica do movimento, negros(as), tanto livres quanto escravizados, se mobilizavam junto a outros segmentos pelos ideais abolicionistas. A radicalidade organizativa, a “disposição à resistência armada e a estratégia de fugas orientadas tornaram impraticável a continuidade da escravidão sem recurso à força” (ALONSO, 2014, p. 30), provocando de forma decisiva que “setores da elite social e instituições até então desengajados do conflito intervieram em favor da abolição imediata, tentando conter o conflito” (ALONSO, 2014, p. 30), que assumia proporções sociais, políticas e econômicas sérias.

Como já pontuado, uma das marcas das relações sociais brasileiras foi e é a desigualdade social, manifesta em suas mais variadas expressões. Assim foi que, mesmo com o advento da legislação áurea, a população negra não conseguiu respaldo político e nem ações públicas que lhes garantissem a superação das mazelas impostas, até porque a lei que instituía a suposta liberdade não o tinha como sujeito de liberdade, sendo esta, verdadeiramente, entendida para a expansão do mercado. A lei imperial nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, foi sancionada em 13 de maio de 1888 em um contexto de agitação abolicionista, que via na escravidão importante entrave para o desenvolvimento do país, e entendia sua proibição condicionante para a que o Brasil eliminasse seus traços de “barbárie” e se insurgisse no

mundo da “civilização” moderna, não podendo, portanto, a abolição da escravatura ser considerada uma “benevolência” do poder. Com isto, destacamos que a “liberdade” propagada pela lei e pelos arautos abolicionistas das elites não tinha como centralidade a emancipação do negro, mas mera mudança de modelo econômico, numa perspectiva elitista e eurocentrista.

Na ocasião, ao invés de garantir à classe trabalhadora negra acesso a terra, ao contrário, pela lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras, que legisla acerca do direito à propriedade privada, “pela qual o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las.” (MOURA, 2014, p.108), impossibilitava os ex-escravizados de conseguirem posse da terra. Ademais, a questão que se coloca:

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mais o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra - populações livres -, poderemos concluir que à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham o direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criaram-se as premissas da sua marginalização social (MOURA, 2014, p. 109-110).

Com isso, relegou aos negros à subjugação nas fazendas, a busca de terras distantes ou à composição da grande massa urbana. Para Theodoro (2008, p. 15):

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram o cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência.

No que acrescenta:

No Brasil, a abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades (THEODORO, 2008, p. 26).

Para o autor, todo o processo de substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre ocorrerá com base no favorecimento da população branca, em detrimento da força de trabalho negra, inclusive no setor agrícola, onde vai haver uma substituição deliberada por

trabalhadores europeus, aqui chegados pela imigração estimulada governamentalmente, havendo assim, uma nova conformação da organização e relações de trabalho.

Com a vinda dos colonos, instala-se o regime de colonato na produção agrícola, principalmente do café, em substituição ao trabalho escravizado. Por outro lado, o nascente mercado de trabalho não potencializou a inserção do(a) negro(a) livre neste universo. Efetivamente

[...] uma parte crescente da população de escravos então liberados, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais se dedicava seja à economia de subsistência, seja a alguns ramos ligados aos pequenos serviços urbanos. Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, viria a ser denominado “setor informal”, no Brasil (THEODORO, 2008, p. 25-26).

A população negra, de modo geral, precisou se submeter à informalidade dos processos produtivos. O autor em questão mostra os muitos espaços e regiões aonde vai acontecendo de forma sistemática e acelerada a substituição da força de trabalho negra pela branca, não tendo a primeira, oportunidades de trabalho, o que acontece apenas em regiões menos dinâmicas economicamente. Aspecto a ser discutido nas determinações da questão regional, que se configura a partir de um histórico desenvolvimento desigual e combinado, definido pelos modelos econômicos adotados ao longo da história do país.

No processo de industrialização/urbanização brasileira, com a formação do operariado nacional, os(as) negros foram, mais uma vez, excluídos da dinâmica deste setor econômico, até porque um dos elementos da industrialização é o assalariamento. Em debates acerca da participação negra no sistema de assalariamento, Furtado (2001, p. 140) entende que ex-escravizados eram “despreparados” por sua dificuldade em responder aos estímulos econômicos, por sua falta de hábitos de vida familiar, que não lhe provoca ambição por riqueza.

Os erros analíticos do teórico se agravam por seu explícito preconceito e discriminação racial, o que fica demarcado quando diz sobre o negro, que “seu rudimentar desenvolvimento mental limita suas ‘necessidades’ [...], cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país.” (FURTADO, 2001, p. 140-141). Não satisfeito, o autor reitera a ideia de inferioridade intelectual negra para justificar o

injustificável, a segregação racial construída no país, assim como seu não desenvolvimento econômico. Nesse sentido, “Cabe tão-somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país”(FURTADO, 2001, p. 140).

Na verdade, o que ocorreu é que:

A abolição da escravidão colocou a população negra em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos. Contudo, como a literatura tem constantemente reafirmado, as possibilidades de inclusão socioeconômica dessa população eram extremamente limitadas (THEODORO, 2008, p. 32).

Na escala social, negras e negros compõem as pessoas com menores indicadores educacionais, que têm menor acesso aos serviços públicos em geral, como moradia e saneamento básico, saúde, dentre outros. São as vítimas preferenciais da violência, em todos os sentidos. Numa perspectiva racista, as relações sociais com base em teses de inferioridade biológica da população negra, têm perpetrado a esta, condição de inferioridade social, econômica e política. Com isto, queremos dizer que as políticas públicas dispensadas a esta população específica, desde o período da abolição não lhe eximiu das desigualdades, mas muito pelo contrário, a pesar de significativos avanços resultantes de lutas negras, esta população continua submetida a condições degradantes na sociedade atual. O pensamento de Clóvis Moura não apenas nos ajuda a entender esse processo, como nos apresenta informações e análises relevantes necessárias para o conhecimento da resistência negra, bem como para a sustentação de nossos projetos de transformação e igualdade social.

Considerações finais

A contribuição de Clóvis Moura e a importância de seu pensamento ocorrem substancialmente por sua análise que relaciona raça e classe, e por sua contribuição para a crítica do racismo no Brasil. O intelectual, auto-identificado como homem negro, ousou problematizar e refletir sobre as determinantes políticas das relações raciais e de classe em nosso país.

Clóvis Moura foi um cientista social brilhante e disciplinado que sempre correu por fora da academia – solto, livre, nas franjas da interdisciplinaridade – ainda que a academia brasileira tenha constantemente solicitado a sua presença em eventos,

conferências, seminários e, especialmente, em exames de teses na qualidade de professor “notório saber”, título que há anos lhe foi outorgado pela Universidade de São Paulo (PEREIRA, 2004, p. 9).

Muitas foram as teorias, os conceitos e afirmações sobre os fundamentos da formação social do Brasil. A escravidão é compreendida como um dos elementos centrais das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam o país, desde a colonização. As relações que foram estabelecidas têm no racismo condição fundamental. Nesse sentido, mesmo com a abolição legal da escravidão, à classe trabalhadora negra não foi oportunizada condições efetivas de trabalho e vida dignos, lhes sendo negados direitos básicos, como educação, saúde, terra, moradia, enfim, políticas e serviços públicos em geral.

Os governos deliberaram por políticas de embranquecimento, tendo como marco a política de imigração, como uma tentativa de “melhorar” a qualidade racial da população, cujo padrão deveria ser o branco europeu e sua cultura. Associada, a disseminação da ideologia da democracia racial criou demagogicamente a ideia de “direitos iguais”, porém, sem oportunidades e condições para todo o povo brasileiro. Com o favorecimento da população branca, ao(à) negro(a) restou os piores indicadores e condições de vida, sendo o alvo preferido do analfabetismo, do desemprego e da violência.

O estudo sobre o pensamento de Clóvis Moura representa um aporte teórico importante acerca de questões étnico-raciais e da necessidade de superação do racismo. A Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros – LIESAFRO/UFMA tem enveredado e procurando aprofundar o estudo e a difusão dos(as) grandes intelectuais da interpretação das relações raciais em nosso país, buscando colaborar para que não sejamos um país inconcluso, como muitas vezes apontou Clóvis Moura. Estudá-lo foi uma possibilidade de buscar outras interpretações sobre a questão racial e o papel do negro na sociedade brasileira. Portanto, as considerações deste artigo, estão articuladas com os processos vivenciados nas atividades desenvolvidas no curso: os debates, seminários, conferências, congressos, visitas de campo, estágio, festas, reuniões, enfim, as vivências com os colegas do curso, que nos possibilitaram maior aprofundamento das temáticas referentes.

Assim, o pensamento de Clóvis Moura é essencial para a compreensão da questão racial no Brasil e para a desconstrução do mito da democracia racial. Isto porque, o debate acerca da participação do negro na formação social brasileira encontra-se permeado de muitas controvérsias teóricas, a maioria delas, apresentadas de forma muito limitada. Porém,

percebemos ao longo de nossos estudos, que elas foram sendo intencional e racionalmente construídas, inclusive a serviço de governos que precisavam de discursos que pudessem justificar ações racistas e preconceituosas contra a população negra. As teorias de Clóvis Moura muito contribuíram para os processos de organização e luta dos movimentos negros no Brasil, possibilitando a articulação do debate de raça e classe, o que resultou em ações e estratégias para a reivindicação de políticas públicas.

Vale ressaltar que, mesmo com todas as teses e políticas que tentaram marginalizar e invisibilizar o povo negro, chegamos ao século XXI com uma população negra e parda representando o maior percentual na sociedade. O resultado disso, é que mesmo com todas as formas de repressão, genocídio e perseguições, a população negra criou suas estratégias, articuladas com setores organizados da sociedade.

Todo o marco legal conquistado pelos negros e negras ao longo de mais de 500 anos de história, foi resultado do enfretamento às forças conservadoras constituídas, sejam sociais, políticas, econômicas ou mesmo teóricas, que sempre se colocaram do lado do racismo. Finalizamos dizendo não ser possível exercer uma democracia plena, sem antes resolver as questões sociais e raciais no Brasil. Questões históricas e estruturantes que precisam ser superadas para o desenvolvimento político e social, com base nas necessidades e direitos da classe trabalhadora. Com efeito, para se compreender a formação sociohistórica do Brasil, no que tange a questão racial, Clóvis Moura é um dos que melhor representa essa questão, trazendo a classe trabalhadora negra como sujeito político do processo de emancipação.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Francisco, *et al.* **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora ABDR, 1994.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n.100, p.115-127, Nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3002014000300115&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

FARIAS, Márcio. **Classe e raça no pensamento de Clovis Moura**. Disponível em <<https://drive.google.com/drive/folders/1JpdheJ9tPkTARaZPopq9nJgEedU9UC-D>> Acesso em 15 de agosto de 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Instituto Nacional de Estudos pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura, 1964.

FERREIRA, Mary Vania Nogueira. **“Raça” e Classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clovis Moura**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas/UFAL, 2013.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. 2ª edição. São Paulo: Hicitec, 1988.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: TEODORO, Mário (org.). **As Políticas Públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 2ª edição. Brasília: IPEA, 2008.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira, *et al.* Por uma educação antirracista e intercultural: as contribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFMG). In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; OLIVIEIRA, Julvan Moreira de. (orgs). **Estudos sobre as relações étnico-raciais e educação no Brasil**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

MARX, Karl. O Capital. V.1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Teresa Cristina Furtado; TELLA, Marco Aurélio Paz. Relações étnico-raciais no Brasil. **Cadernos Afro-Paraibanos I: educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil**. João Pessoa, 2004. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Cadernos/Cadernos%20APBs%20I.pdf>> Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

MESQUITA, Érica. Clóvis Moura (1925 - 2003). **Revista Afro-Ásian**. 31, 2004, p.337-356. Disponível em <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/21080-71796-1-SM.PDF>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.



_____. **Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NEVES, Marcia das. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. **Filosofia e História da Biologia**, v. 3, p. 241-261, 2008. Disponível em <<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-13-Marcia-Neves.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, Fabio Nogueira. **Clóvis Moura e a Sociologia da práxis negra**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, João Baptista Borges. O último legado de Clóvis Moura. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, pág. 311-312, abril de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

RUY, José Carlos. Clóvis Moura - A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. 2018. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/317083-1>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p.100-113, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/25760/pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In. THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição/ Mário Theodoro e outros (org.)**. Brasília: IPEA, 2008.